

TANTO MAR: entradas, percursos e localizações de uma pesquisa em uma prisão portuguesa

Ana Gabriela Mendes Bragaⁱ

RESUMO

Este artigo é um dos frutos da pesquisa “Maternidade encarcerada sob uma perspectiva comparada” que teve como objetivo analisar o exercício da maternidade em condições de privação de liberdade numa prisão de mulheres em Portugal a partir da experiência no sistema prisional brasileiro. Por meio da metodologia etnográfica - com técnicas combinadas de observação participante, entrevista, análise documental e projeção de filmes com grupos de conversa - realizei o trabalho de campo junto às mulheres e crianças presas na “Casa das Mães”, no Estabelecimento Prisional de Tires. Neste texto, reúno notas metodológicas que contam sobre minha entrada, percursos e localizações no campo de pesquisa, buscando enquadrá-las dentro de um panorama mais geral dos arranjos de poder na prisão e posicionalidades na produção empírica dos estudos prisionais.

PALAVRAS-CHAVE: prisão; método; etnografia; gênero; maternidade.

ⁱ *Universidade Estadual Paulista (UNESP), Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-UMinho), [ORCID](#).*

SO MUCH SEA: entrances, routes and locations of a research in a Portuguese prison

Ana Gabriela Mendes Braga

ABSTRACT

This article is one of the fruits of the research “Maternity incarcerated from a comparative perspective” that aimed to analyze the exercise of motherhood in conditions of deprivation of liberty in a women’s prison in Portugal from experience in the Brazilian prison system. Through the ethnographic methodology- with combined techniques of participant observation, interviews, documentary analysis and projection of films with conversation groups- I carried out the field work with the woman and children incarcerated at the Mother’s House in Tires Prison. In this text, I recount methodological notes that tell my input, routes and locations in the field of research, seeking to frame them within a more general overview of prison, power arguments and positional positions in the empirical production of prison studies.

KEYWORDS: prison; method; ethnography; gender; maternity.

1. INTRODUÇÃO

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar¹

Este texto é fruto de pesquisa² que marca meu retorno ao campo da prisão com o tema da maternidade, depois da coordenação da pesquisa *Dar à luz na sombra* (Braga & Angotti, 2019), cujos debates se estendem e se aprofundam até os dias de hoje. Nos seis anos que separam essas duas entradas, uma série de leis foram aprovadas no Brasil reconhecendo os direitos de mães e pais encarcerados³, e em 2018, a concessão do *Habeas Corpus* coletivo (HC 143.641-SP) tirou da prisão quase quatro mil mães presas⁴.

A partir da experiência no sistema de justiça brasileiro, tive como objetivo conhecer o exercício da maternidade numa prisão de mulheres em Portugal, especificamente na “Casa das Mães” do Estabelecimento Prisional de Tires, que abriga grávidas e mães com crianças até os cinco anos. Bruna Bumachar (2016, p. 180) em etnografia com presas estrangeiras em São Paulo identifica dois processos coexistentes: “o de intervenção do aprisionamento no exercício materno e, o contrário, de intervenção da maternidade no cumprimento de pena”.

¹ Trecho da música *Tanto Mar*, álbum *Chico Buarque* (1978). A primeira versão de 1975, censurada pela ditadura militar brasileira, foi composta por Chico Buarque logo após a Revolução dos Cravos (1974) que derrubou 41 anos de regime ditatorial em Portugal e resultou na independência de países da África, que até então compunham o Império Colonial Português. O autor anuncia nos primeiros versos “Sei que estás em festa, pá. Fico contente E enquanto estou ausente Guarda um cravo para mim”, já a segunda versão gravada em 1978 os verbos vão para o passado assim como o contexto de revolução portuguesa “Já murcharam tua festa, pá. Mas certamente Esqueceram uma semente Nalgum canto do jardim”.

² Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na modalidade Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE)- Processo 2018/10750-0.

³ Lei 12.403/11 que pela primeira vez previu prisão domiciliar, em substituição da prisão preventiva, para gestantes, puérperas e mães; a Lei 12.962/14 que regula o convívio entre mães e pais em situação de prisão e suas filhas e filhos; a Lei 13.257/16, denominado Marco da Primeira Infância, que amplia a aplicação da domiciliar para todas as gestantes e mulheres com filhos de até 12 anos de idade incompletos; e a Lei 13.679/18 que estabelece critérios objetivos para a substituição da prisão preventiva por prisão albergue domiciliar.

⁴ Uma série de pesquisas vem tentando mapear o impacto da decisão do HC Coletivo. Representante do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) identificou 3388 concessões de prisão domiciliar e 5012 aguardando o benefício - em Audiência Pública Desencarceramento Feminino promovida por iniciativa da deputada Sâmia Bonfim (PSOL) realizada em 15 de agosto de 2019. Disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?v=440106036582936&ref=watch_permalink, acesso 20 de março de 2020.

Ao pensar sobre a maternidade no cárcere - a chave mais comum - concentra-se no primeiro processo, tendo como objeto a maternidade e o impacto da prisão sobre ela. Contudo, do ponto de vista feminista - de questionar os papéis atribuídos tradicionalmente aos gêneros - essa perspectiva carrega em si dois riscos: i) reforçar a localização do feminino no corpo sexuado e na sua função reprodutiva (menstruação, parto, amamentação), reforçando essencialismos de gênero; ii) enquadrar o debate dentro da redoma do gênero, como se trata-se de um tema *sobre, de e para* mulheres, cujas análises não poderiam contribuir para a leitura de outros contextos; uma análise específica dentro do universal representada pela prisão de homens.

A partir dessa perspectiva, busquei na estruturação metodológica e analítica da pesquisa reposicionar o debate acerca das políticas de maternidade no cárcere, de forma a não (re)produzir um saber que reforce a institucionalização da maternidade e de gênero pelo sistema de justiça, mas que amplifique o debate para além da perspectiva de “especificidades do encarceramento feminino”. Nesse sentido, proponho aqui percorrer questões metodológicas que emergiram na trajetória de pesquisa pela maternidade em diálogo com a literatura prisional mais ampla, que tematizaram outras questões e espaços da prisão, provocando reflexões sobre especificidades e generalizações nessas diversas entradas. Neste texto, reúno notas metodológicas que contam a entrada, percursos e localizações neste campo de pesquisa, assim como as escolhas éticas e políticas na negociação com minhas interlocutoras e com a direção prisional. Consciente de que esse recorte, ao priorizar a trajetória de pesquisa, coloca em segundo plano as análises e formulações teóricas que vieram a partir daí e a proposta de pensar modulações da prisão desde a maternidade.⁵

Yvonne Jewkes (2012) propõe outras formas e temas para os estudos prisionais, com especial atenção às nossas próprias agências, socialização e manejo de identidades. Estruturo este texto a partir desta provocação, situando as estratégias metodológicas e seus desdobramentos não só como caminho para se chegar ao objetivo, mas como objeto de análise das relações de poder instituídas no campo de pesquisa. Donna Haraway (1988) constitui uma epistemologia feminista baseada na crítica do conhecimento descorporizado, separado e acima

⁵ Essa reflexão, como outras análises do campo de pesquisa, será objeto de artigo específico ainda em fase de desenvolvimento.

do objeto, que marca e subjuga outros corpos a partir de diferentes sistemas de dominação. Inspirada por essa perspectiva, neste percurso, situo movimentos e posicionalidades, em um exercício de reflexividade que desvela a prisão e meu lugar nela, de construção de um conhecimento situado com especial atenção à sua dimensão ética e política (Haraway, 1988, p. 579).

Esta reflexão se insere em um conjunto de escritos sobre a prisão que problematiza o campo a partir da entrada e caminhos que a pesquisa toma. De Portugal, Manuela Ivone da Cunha aponta como a etnografia prisional tem incorporado a reflexividade ao debater as condições do campo (2014, p. 228) e destaca como a exigência ética e política de agir no contexto em que se estuda provocam mudanças no próprio estatuto da pesquisa: “investigação na prisão não é considerada suspeita pelo facto da sua intervenção, mas pelo facto da sua não intervenção” (1991, p. 10). Loic Waququant (2002) trata dos obstáculos de acesso e financiamento para entrar na prisão, com sugestões de como entrar e sair do que ele nomeia “a barriga da besta”; e diagnostica, naquele momento, um “eclipse” na tradição de etnografia na prisão nos Estados Unidos. Krystel Beyens et al (2015), a partir de um conjunto de pesquisas no sistema prisional belga, retratam processos e dilemas da pesquisa qualitativa na prisão. Yvonne Jewkes (2014) organiza um número especial da revista norte-americana *Qualitative Inquiry* nomeado *Doing Prison Research Differently* que reúne debates em torno de temas como emoções, estratégias, identidades, epistemologia, gênero, auto-etnografia.

No Brasil, Debora Diniz (2015) apresenta em forma de ensaio suas experiências de pesquisa em instituições de privação de liberdade em uma reflexão sobre gênero nessa escrita. Priscila Mello et al. (2017) refletem em conjunto sobre quatro desenvolvimentos de pesquisas no âmbito do Direito na Penitenciária Feminina Madre Pelletier e no Presídio Central de Porto Alegre, entre os anos de 2013 e 2015. Natália Padovani, Ines Hasselberg e Carolina Sanchez Boe (2019) organizam o Dossiê *Prisões em etnografia: Perspectivas de Gênero nos Cadernos Pagu* que conta com diversas análises da etnografia prisional atravessada pela tecnologia de gênero. Já Rafael Godoi et al (2020) discutem pesquisa e intervenção no dispositivo carcerário paulista junto à Pastoral Carcerária, a partir de seus quatro estudos sociológicos.

Esses textos têm em comum a narrativa das condições de possibilidade de

emergência dos discursos do/sobre o cárcere a partir de contextos e localizações específicos, aproximando-se do projeto arqueológico de Michel Foucault, de produção de uma episteme onde os conhecimentos:

[...] enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas antes das condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico (2002, p. XVIII, XIX)

As barreiras de acesso ao campo prisional são de vários tipos e níveis, formal, informal, éticas, culturais (Liebling, 2014, p. 482), assim como as estratégias para driblá-las. As configurações do campo e de quem produz o conhecimento são determinantes para o que será produzido, como apontam Godói et al (2020, p. 146), para os quais “A condição de agente pastoral não apenas viabiliza a entrada na prisão, mas modifica nossa visão de mundo”. Nesse sentido, a objetividade do conhecimento se edifica na racionalidade posicionada⁶, abarcando as contradições e limites dos diferentes pontos de vistas (Haraway, 1988, p. 590).

Neste texto, começo narrando os deslocamentos, subjetivos e objetivos, que marcaram a travessia entre o campo de pesquisa anterior, no Brasil, para o atual, em Portugal; um percurso que explora o *Tanto mar* que separa, mas também une essas duas entradas de pesquisa e dá nome à este texto. Em seguida, relato meu primeiro dia no estabelecimento prisional acompanhada pelo impacto desse momento na minha posicionalidade no campo que se instituía. Na terceira sessão, conto a experiência de celebrar anos na prisão, que foi decisiva na constituição da pesquisa. Depois, apresento as estratégias e as negociações com a direção prisional, que resultaram nas escolhas metodológicas desta pesquisa. Na quinta sessão abordo o projeto Cine-Tires e algumas questões ali suscitadas. Ao final, problematizo a marginalidade das questões de gênero nas discussões metodológicas e analíticas sobre o cárcere.

2. OCEANOS DE DISTÂNCIA: DESLOCAMENTOS NO TEMPO E NO ESPAÇO

⁶ Tradução nossa. No original: “*objectivity as positioned rationality*”.

Você já salvou elas? Os nenéns ainda estão presos, em uma cadeia pequena de nenéns... Você vai pegar eles no colo e tirar?⁷

Além da distância temporal entre uma pesquisa e outra, a minha segunda entrada é marcada por outros dois deslocamentos. Primeiro, externo, de mover-me do campo prisional brasileiro, no qual trabalho há mais de quinze anos, para compreender os arranjos sociais e prisionais em Portugal. Ainda na formulação do projeto de pesquisa, já se delineavam três questões com essa mudança de perspectiva. A primeira envolvia o contraste de tempo de permanência da mãe com a criança na prisão: enquanto, no Brasil, as crianças ficam, via de regra, 6 meses com suas mães, em Portugal essa experiência tem a duração de 3 anos, podendo chegar a 5 anos. Tal diferença leva a pensar a vivência da maternagem a partir desses dois marcos, muitos distantes entre si, ainda mais se levamos em conta a dimensão do tempo grande da infância. A percepção de Mônica⁸, quando confrontada com a realidade brasileira:

Eu tava grávida trouxe ele comigo para aqui e pronto, vai sair agora. Não há outra opção, ele quer estar com a mãe... é nos primeiros anos de vida deles que eles agarram-se às mães. Agora eu ia mandar para rua bebê? Depois o que ele iria pensar? Ele com seis meses ia pra rua, ia na visita de vez em quando, se calhar nem me chamava de mãe. Nem vou pensar nessas coisas...⁹

Se o tempo da maternidade é outro, dentro das prisões portuguesas, o tamanho também. A segunda questão toca a dimensão da população prisional em Portugal quando comparada ao Brasil. Apesar de representarem os mesmos 6% em relação à população de homens presos, em 2017 Portugal tinha quase 900 mulheres presas, enquanto no Brasil em 2016, tínhamos 42 mil. O tamanho do sistema prisional Português contribui para a constituição de uma amostra representativa do universo da pesquisa e para pensar políticas públicas nacionais

⁷ Caderno de Campo, conversa com minha filha sobre o meu trabalho, Lisboa, 27/06/19.

⁸ Pedi às minhas interlocutoras que indicassem outros nomes para preservação do anonimato. Um dado interessante é que a maioria insistiu em usar o próprio nome; e diante dessa impossibilidade, preferiram deixar a meu critério a escolha.

⁹ Caderno de campo, Cine Tires, *Nascer nas prisões*, 27/08/19.

dentro de universo menor de pessoas e variáveis. Desafio menor do que no Brasil, com 800 mil pessoas presas e frente às especificidades dos sistemas penitenciários estaduais.

A terceira questão envolve a constituição da população prisional portuguesa. Se no Brasil¹⁰ temos 529 mulheres estrangeiras em um universo de mais de 40 mil presas, algo em torno de 0,7% do total; em Portugal, as estrangeiras representam 27,9% das mulheres presas, dentre as 222 estrangeiras, 62 eram de origem brasileira¹¹. O fato de que parte considerável das presas em Portugal é estrangeira, leva a pensar a relação de gênero na sua intersecção com classe, raça, colonialidade e imigração.

O segundo deslocamento, interno, foi eu ter me tornado mãe em 2016, no período entre as duas pesquisas. Se durante a pesquisa anterior buscava compreender e traduzir as mães desde a cabeça e o coração, no retorno ao campo, após uma gestação, um parto e experienciar a maternidade no meu dia-a-dia, essa escuta ganhou corpo. Vivi na pele, no peito e no útero aquelas histórias. Dentro do duplo significado do exercício materno proposto por Adrienne Rich¹² (1977), desloquei-me da maternidade como instituição, para a maternagem como experiência. Tal deslocamento foi determinante na forma de me relacionar com o tema, assim como com as mães e crianças interlocutoras desta pesquisa.

Essa “dimensão (inter)subjéctiva e corporificada¹³” (Rowe, 2014, p. 404) moldou não só minhas análises sobre maternidade, mas especialmente a forma como eu era vista pelas outras mães. Esse lugar me trouxe certa legitimidade para compartilhar a maternidade e o trato com as crianças. Se nos aproximávamos por ter cumprido nosso destino de corpo-fêmea, meus privilégios, minha experiência e ideais de maternidade produziam distância. A começar, a exercia em liberdade, depois em condições materiais diferentes da maioria das mulheres de Tires, que em geral foram mães mais jovens e de mais crianças. Claudia Fonseca narra seu

¹⁰ Infopen Mulheres (Brasil, 2018).

¹¹<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-06/portugal-maioria-das-detentas-estrangeiras-no-pais-e-brasileira>, acesso 25 de janeiro de 2020.

¹² Optei pelo termo *maternidade* para me referir à maternidade como instituição, e pelo uso do termo *maternagem* como possibilidades de experiências das mulheres. Essa distinção foi inspirada em Adrienne Rich que distingue esses dois significados da maternidade: como o relacionamento potencial da mulher com seus poderes reprodutivos e em relação às crianças (*experiência*); e, como *instituição*, capturada para manter as mulheres sobre controle masculino. Para ela a maternidade “*that things witch the patriarchy joins with physiology to render into a definition of femaleness*” (Rich, 1977, p. 37).

¹³ *Embodied* no original.

estranhamento ao deparar-se no campo de pesquisa com um arranjo materno-familiar pouco compreensível inicialmente a ela, que descreverá como dinâmica de circulação de crianças:

Não era nem o lugar, nem as pessoas, nem o roteiro que eu tinha preparado para aquele dia. Entretanto, esta cena acendeu a luz de minha sensibilidade etnográfica. De que essas pessoas estavam falando? Aquela mãe não ia se ofender com uma pergunta dessa (“Você está criando todos?”) Não é “mãe” que cria filho? Por que a avó se acharia no direito de exigir um neto para criar? Não entendia como podiam falar da separação de mãe e filhos como se fosse um acontecimento banal. No meu entender, tratava-se de algo que só podia ocorrer em circunstâncias catastróficas. Evidentemente, para eles, esta história de vaivém de crianças entre uma casa e outra não era nada especial. Meu estranhamento diante de uma prática que, para eles, parecia banal criou espaço suficiente para construir meu objeto de análise (Fonseca, 1998, p. 67).

Em uma das primeiras tardes junto das mães em Tires, uma delas revela triste que perdeu o casamento da filha¹⁴. Ela branca, jovem, cabelos longos, sorridente mesmo com alguns dentes faltando. Não consigo disfarçar o espanto frente a uma mulher que parece bem mais jovem que eu. *Você já tem uma filha que vai casar?* Nesse momento, Alexandra que sempre fazia a ponte entre meu saber e o das mulheres de Tires, fala para que ela me explique a tradição cigana da qual ela vem, onde as meninas se casam cedo. No campo no Brasil, com uma população ainda mais jovem presa, havia encontrado mulheres que estranhavam o fato de não ser mãe naquela idade, assim como eu estranhava àquelas mães jovens, e na maioria das vezes, de várias crianças.

Essas experiências apontam minhas concepções e limites para pensar o campo de pesquisa. As relato com a finalidade de provocar estranhamento da minha experiência e assim enquadrar a maternidade dessas mulheres como a maternidade d’*As Outras*, em um registro que “poder ver, mas não ser visto”, que “representa ao mesmo tempo que pretende escapar a ser representado” (Haraway,

¹⁴ Caderno de campo, reunião de apresentação da pesquisa, 18/06/19.

1988, p. 581). A revelação desses contrastes foi importante para incorporar “desvios na rota”, fissuras nos modos de perguntar e pensar a maternidade encarcerada:

Paradoxalmente, é nessa ambição de mergulhar em situações estranhas que o etnógrafo tem maior esperança de conhecer seu próprio universo simbólico. Ao reconhecer que existem outros “territórios”, ele enxerga com maior nitidez os contornos e limites históricos de seus próprios valores. Descentrando o foco de pesquisa dele para o outro, ele realiza *le détour par le voyage* — e só assim, completando o processo com a volta para a casa, alcança a reflexividade almejada (Fonseca, 1998, p. 65).

Ainda que desde um lugar de privilégio, minha posição de cumplicidade contrastava com o lugar da diretora aos olhos das mulheres. Em uma das tardes na “Casa das Mães”, recebemos a visita da diretora-jurista, portuguesa, branca, em torno de 50 anos, que, ao mostrar pouco traquejo ao segurar um dos bebês, provocou cochichos entre as mulheres que sondavam e confirmavam que “ela não era mãe”. Essa “ausência na biografia” foi mencionada em diversas conversas, especialmente para justificar a “falta de sensibilidade” da diretora em relação às demandas das presas.

O que se observa na sala do diretor de disciplina não pode ser o que se verifica na cela num dia de visita, que também difere do que se vê na mesma cela numa visita pastoral; nenhuma dessas posições qualificadas garante um acesso privilegiado à “verdade” da prisão, mas todas elas possibilitam a observação objetiva de determinados aspectos da produção dessa realidade complexa (Godoi et al., 2020, p. 148).

Além donde se observa e do que se quer observar, quem observa é determinante na produção objetiva e subjetiva da realidade. As questões intersubjetivas, em especial as ligadas às representações e performances de gênero, ganham ainda mais importância nas prisões enquanto espaços altamente gentrificados. As instituições totais descritas por Erving Goffman (1961) são organizadas de acordo com uma divisão sexuada dos corpos: fêmea pra um lado, macho pro outro. Gresham Sykes, no final da década de 1950, ao estudar New Jersey State Prison, nomeia a privação das relações heterossexuais como uma das dores do encarceramento e sobre “*the problem of being a man in a world without women*” (2007, p. 99). Ben Crewe, ao problematizar a masculinidade no sistema

prisional inglês, nomeia a prisão como “*homosocial institution par excellence*” (2014, p. 397). A presença e perspectiva *queer* na prisão questiona a ordem binária e heteronormativa de composição de corpos e sociabilidades, que alinha sexo-gênero-desejo, como mostram as pesquisas de Amilton Gustavo Passos (2014, 2019) e Natália Sanzovo (2020) no sistema prisional brasileiro.

As identidades e performances de gênero são centrais na constituição das relações no campo prisional e nas produções do saber sobre a prisão. Natália Padovani (2019, p. 6) narra como os diferentes meios e identidades que agenciou nas suas entradas no campo prisional produziram “localizações sociais” pelas quais foi compreendida “segundo atributos relacionais, institucionais, territoriais distintos”. E aponta que “todas essas categorizações, contudo, são imprescindivelmente atravessadas pelas ‘geografias de poder marcadas por gênero’ (Padovani, 2019, p. 25). O conhecimento produzido pela prisão, longe de neutro ou cego, tem a marca de gênero. Debora Diniz fala de como a pesquisa e a escrita sobre cadeia são de homens e sobre homens:

Há duas formas de provocar minha tese da masculinidade do campo e suas formas de escritura e vidência. A primeira é covarde de tão simples. O campo do direito penal, da sociologia da punição e, mesmo, da criminologia é dominado por autores homens. As cadeias estão abarrotadas de homens presos. Crime, castigo e autoria são questões masculinas. Mas é a segunda versão da tese a que mais me interessa – a hegemonia dos homens impôs uma forma de falar sobre cadeia: a linguagem é a do sangue, da denúncia e do escândalo (Diniz, 2015, p. 587).

Catarina Frois, Carmen Osuna e Antónia Lima (2019) contam como seu posicionamento como antropólogas mulheres condicionou o acesso ao terreno, observação do cotidiano prisional e as relações em campo em suas investigações em prisões femininas e masculinas em Portugal e Espanha. Roy King e Alison Liebling (2008) compartilham as diferenças nas suas experiências no campo prisional, mostrando como ele tinha acesso a toda uma economia de favores sexuais, que não era sequer mencionada à ela no campo de pesquisa. Durante a pesquisa de mestrado (Braga, 2013) ao compartilhar o campo e alguns interlocutores com um colega da universidade, pude notar o contraste do que é revelado e escondido a depender de quem pergunta e do que se quer ver.

A produção do saber além da marca do gênero, constitui e é constituída por outros marcadores sociais. No caso, compartilhávamos a branquitude e o *status* universitário, porém ele, além de homem heterossexual, era antropólogo e tinha uma vivência periférica que o aproximava da experiência dos homens com os quais conversávamos; enquanto eu, além de mulher, mais jovem, de classe média, estava vinculada à condição de professora de Direito e coordenadora de um projeto de extensão. Essas posicionalidades foram determinantes na constituições para o tipo de saber que estávamos produzindo a partir do cárcere.

Abigail Rowe (2014, p. 411), em pesquisas em prisão de mulheres na Inglaterra, discute como a apresentação, a vestimenta e o compartilhar de informações pessoais conformam o campo de pesquisa, ressaltando a relevância da exposição da orientação sexual da/o pesquisador/a a depender do projeto e lugar de pesquisa. Nesta pesquisa, ao explorar o tema maternidade no espaço da “Casa das Mães”, minha performance de gênero ganha uma relevância especial. Desde minha experiência pessoal de maternidade olho e sou olhada no campo, o conhecimento que produz é encarnado, com registro no corpo e na expectativa do feminino.

As crianças que conheci em Tires tinham a idade da minha filha, de 2 anos e meio na época. O convívio com ela condicionou o meu olhar, as brincadeiras e a familiaridade com os *miúdos* durante o campo de pesquisa; e a experiência com eles afetou meu exercício de maternagem e, indiretamente, à minha filha. Em uma conversa antes de sair de casa em direção à Tires, ela me pergunta sobre o meu trabalho e ao final pede: “Posso entrar na tua barriga pra ir ver as mulheres presas com você?”¹⁵. Minha primeira reação é responder com o mantra “prisão não é lugar de criança”. Quando falo isso, penso nas crianças de Tires, sinto um nó em dizer e fazer entender que ela não poder entrar, ao mesmo tempo que convivo diariamente com crianças que passam anos de suas vidas lá.

3. QUANDO O NAVIO ALCANÇA A TERRA: ENTRADA NO CAMPO

O primeiro passo para uma entrada expressamente autorizada na prisão para fins de pesquisa é contatar os órgãos responsáveis pelas execuções penais. No

¹⁵ Caderno de Campo, conversa com minha filha antes de sair de casa para um dia de campo, Lisboa, 10/09/19.

Brasil, cabe às respectivas Secretarias Estaduais¹⁶ de Administração Penitenciária e/ou Segurança Pública controlar o acesso das/os pesquisadoras/es à prisão. Alguns estados possuem Comitês de Ética próprios, como no caso de São Paulo, e em outros, como o Rio de Janeiro, exige a autorização prévia do juiz de execução. Em Portugal, esse controle ficava a cargo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais do Ministério da Justiça. “Escaldada” pela experiência brasileira - cujo tempo e exigências para autorização são incertos e geralmente morosos e com prazo determinado para realizar a pesquisa - iniciei com seis meses de antecedência os trâmites em Portugal. Passados três meses sem resposta, em contato por e-mail fui informada que meu pedido não fora apreciado porque ainda estava distante o início da pesquisa. Após esta provocação, e para minha tranquilidade, saí do Brasil já com o ofício autorizando a realização da pesquisa, pendente apenas o acordo dos detalhes com a direção prisional local.

A negociação com a direção local é um segundo desafio para a pesquisa na prisão, muitas vezes, maior que o primeiro, especialmente quando a/o pesquisadora/o não tem contato prévio com o campo e com pessoas que possam ajudar nessa intermediação. Foi o caso desta pesquisa. Já em Portugal, após três semanas de trocas de e-mails e telefonemas com a Direção do Estabelecimento Prisional, consegui agendar minha primeira ida à Tires. Nesse dia¹⁷, localizaram minha autorização entre os e-mails impressos em uma pasta na Portaria, e um dos guardas de plantão me acompanhou até o prédio da direção. Lá fui recebida pela diretora e conversamos rapidamente sobre a pesquisa. Ela percorreu todo o estabelecimento comigo, apresentando-me para as guardas como “Daniela”, que fazia um “doutorado no Brasil”. Essa imprecisão quanto ao meu nome e quanto a minha localização como pesquisadora - afinal meu vínculo era de pós-doutorado em uma Universidade Portuguesa - revelava como a direção me localizava no campo e as hierarquias presentes nessa representação.

Nesse contexto, o meu lugar como uma pesquisadora do sul global, latino-americana, era mobilizado para reduzir o alcance, e logo, o risco da disseminação da pesquisa em âmbito local. Afinal tratava-se de pesquisa a ser divulgada “láaaaa” no Brasil. Se a academia por si só já é distante da sociedade e pouco alcança em

¹⁶ Com exceção das unidades que compõem o Sistema Penitenciário Federal, de controle do Departamento Penitenciário Federal (DEPEN).

¹⁷ Caderno de campo, visita de reconhecimento com a diretora, 17/06/19.

termos de resultados, a academia brasileira para o serviço prisional português estava a um mar de distância, literal e simbolicamente.

Em um prédio ao fundo do Estabelecimento Prisional, com a entrada situada em frente à mata da região, está “Casa das Mães” de Tires. Na lateral por fora, há grades nas pequenas janelas, mas a fachada lembra a de um edifício burocrático comum. Durante o período da pesquisa, ali estiveram presas em torno de 20 mulheres, distribuídas nas Alas A (provisórias) e ALA B (condenadas), e 15 crianças. No centro de cada Ala há um pátio, um com uma quadra desportiva e outro com um parquinho infantil. A Casa conta ainda com um refeitório, uma sala lúdica, um espaço para cantina, lavadoras de roupas e uma pequena biblioteca. Em cada cela vive somente a mãe com a criança, em contrapartida com os Pavilhões comuns nas quais as celas são compartilhadas em até quatro mulheres. Cada uma tem uma casa de banho - com chuveiro e *sanita*, duas camas de solteiro, um guarda-roupas, e duas janelas com grades: uma grande, ao alto, e uma pequena, rente ao chão. A maioria das mulheres tem televisão na cela, quando não, rádio. As paredes tem colados desenhos infantis e o chão, brinquedos espalhados.

Quando chegamos lá as mulheres estavam no “recreio”, reunidas em grupos e olhando com desconfiança. No pátio, as mães que estão com os filhos na creche ajudam as outras com os cuidados dos bebês. A diretora, mostrando-se atenciosa, ouvia por onde passava as demandas das guardas e presas. Aproveitando a rara possibilidade de falar pessoalmente com autoridade máxima da prisão, uma gestante de cinco meses pedira autorização para ver o pai que estava hospitalizado. A diretora quis saber a gravidade do caso dele, se corria risco de morte e instruiu a gestante a escrever uma requisição. Outra, com a bebê no colo, perguntava sobre as fotos que ela havia tirado, pois queria enviar para o pai.

Ao me apresentar aos espaços e personagens prisionais, a diretora também me apresentava a elas. E me colocava simbolicamente junto à ela na perspectiva das presas, e mesmo das guardas, que ainda não me conheciam. Pude perceber a força dessa identificação quando Sílvia, recém-chegada como eu, dirigiu-se a mim querendo informações sobre autorização para visita, enquanto as outras riam da confusão. No decorrer do campo consegui me dissociar parcialmente dessa posição de poder. Meu lugar como mulher, branca, instruída, também de nacionalidade portuguesa, com algum conhecimento da prisão e escuta atenta para a fala das pessoas, posicionava-me como alguém com legitimidade para dirigir uma prisão de mulheres aos olhos das minhas interlocutoras. Com a

proximidade das eleições portuguesas em outubro de 2019, no final do meu campo de pesquisa, já se anunciava a mudança dos quadros prisionais e a saída da atual gestora. Nesse contexto, duas conversas foram reveladoras. Uma com as mães, outra com um interlocutor guarda, que sugeriram - para meu espanto - que eu deveria ser a próxima diretora de Tires.

O meu encontro com as mães foi intermediado por diversas instâncias. Primeiro, a autorização geral da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Depois, a negociação com a direção do E.P. Chegando na prisão, é preciso que o guarda abra a porta e ache a autorização, que pode ser dispensada uns dias ou escrutinada em outros. Em seguida, após guardar minha mochila com celular no armário, passo pelo detector de metais, às vezes com moedas e gravador. A máquina apita, mas dão sinal que posso seguir. Da guarita, saio pela área aberta até a “Casa das Mães”, aonde tinha que me apresentar, quando era o caso, e dar a lista das mulheres com quem queria falar. Àquela altura, ter alguém conhecido na portaria e no plantão da unidade facilitava meu acesso e as condições para que eu realizasse as atividades que planejara. A marcação de lugares desvela as redes de poder em jogo, em cada pedido, espera, entrada, caminho burocrático percorrido.

Nesse primeiro dia de campo, aproximei-me de uma das guardas, uma senhora de cabelos claros quase brancos, simpática e calorosa, que por sorte seguiria de plantão no dia seguinte, dia de meu retorno ao campo. Voltei com a proposta de realizar uma das duas reuniões de apresentação da pesquisa. Como seria feriado de *Corpus Christi* na quinta, queria aproveitar minha entrada no campo para fincar os pés no terreno. Combinei que iria na sexta, dia de meu aniversário, e que, para a reunião de apresentação, levaria um bolo e *sumol*¹⁸, para compartilhar com as presas. As duas primeiras sessões coletivas foram ótimas, pois, em um contexto informal, sem a presença de nenhuma guarda, passei duas tardes reunida com cerca de quinze mulheres e dois bebês da “Casa das Mães” - dez delas eram mães com crianças na creche, duas puérperas, e três grávidas. Como estava ainda chegando na prisão, no momento chave para estabelecer as relações no campo de pesquisa, optei por não gravar essas sessões, mas notas¹⁹ e percepções importantes foram apreendidas ali.

¹⁸ Famosa marca portuguesa de refrigerante.

¹⁹ Caderno de campo, reuniões de apresentação da pesquisa, 18/06 e 21/06/19.

Na primeira delas²⁰, nos reunimos no início da tarde no refeitório da “Casa das Mães”. Lugar amplo, com banheiro, janelas para o pátio, com duas fileiras de quatro mesas móveis para quatro pessoas e onze cadeirões de bebês doados pela Fundação Benfica²¹. “Assim como o parque, porque pela prisão não tinha nada” diz Mônica. Juntei três mesas e as cadeiras em roda, e passei a apresentar à mim e às minhas pesquisas, contando um pouco sobre a lei e o sistema de justiça brasileiro em relação à maternidade e prisão. Quando citei algumas diferenças positivas para o Brasil (como a lei de domiciliar ou a remição por leitura), foi o momento de maior animação, troca de olhares e informações, que confirmavam as notícias deixadas por uma presa brasileira que por lá passou: “falaram que no Brasil as mães não vão pra cadeia”.

A comparação constante, minha e delas, com a realidade brasileira foi acionada pelos filmes sobre o sistema prisional do Brasil que víamos juntas. No decorrer dos encontros, a animação inicial dava lugar à revolta diante de outro quadro que se pintava: superlotação dos estabelecimentos, condições terríveis de higiene e saúde, separação aos seis meses das crianças. Nossa realidade prisional é mais bruta em sua violência, faz matar. As narrativas da brasileira Laís e sua filha de 5 meses no grupo confirmavam o contraste entre as realidades: “Minha irmã foi presa grávida, apanhou muito, quase perdeu o bebê... Por isso quando cheguei aqui a primeira coisa que minha mãe perguntou era se haviam me batido”²².

O relógio marcava 15 horas. As mulheres estavam atrasadas 15 minutos para o horário do pátio quando a guarda apareceu na porta, chamando-as para pendurar a roupa. Perguntei se poderia esperar ali, o que me foi permitido. Algumas mulheres ficaram comigo ali, outras saíram e depois voltaram. Essa dinâmica das mulheres circulando no grupo com baldes, roupa e pregadores nas mãos, comporia todas nossas tardes, já que eu, via de regra, entrava na prisão às 13h30min e ficava até a chegada das crianças, às 17 horas. Até as duas únicas horas das mulheres a céu aberto no dia eram pautadas, entre outras coisas, pelo trabalho doméstico.

²⁰ Caderno de campo, reunião de apresentação da pesquisa, 18/06/19.

²¹ A Fundação ligada à famosa equipe de futebol portuguesa “apoia *projectos* integrados nos quais se destacam a intervenção precoce sobre os *factores* de exclusão”, e tem “como preocupação primordial a prevenção de comportamentos desviantes e a promoção do sucesso educativo de crianças e jovens” https://www.facebook.com/pg/FundacaoBenfica/about/?ref=page_internal, acesso 20 de maio de 2020.

²² Caderno de campo, reunião de planejamento sessão de fotos, 10/09/19.

4. CELEBRANDO ANOS NA PRISÃO

Celebrar aniversário na prisão, justamente em uma pesquisa que trabalha com tempo e maternidade, tem um simbolismo especial. Revendo meus cadernos de campo, percebo que após dois encontros coletivos de apresentação da pesquisa com a maioria das mulheres presas na “Casa das Mães”, o terceiro encontro daquela semana foi decisivo para consolidar o grupo que conviveríamos a partir dali.

Seis das dez mulheres que comemoram meu aniversário seriam as minhas primeiras e mais frequentes interlocutoras em Tires: Ana, Juliana, Alexandra, Mônica, Viviane e Carolina. Elas me acompanhariam duas tardes na semana nos próximos quatro meses, e pouco a pouco ia conhecendo suas histórias por meio das entrevistas e conversas entre os filmes das tardes. Depois juntaram-se ao grupo: Silvia e Vânia, parentes de Juliana, e a brasileira Laís, quando não estava trabalhando na sua cela.

Era meu terceiro dia em Tires, ainda na portaria o guarda, antes de liberar a minha visita, falou que teria que ser mais específica em relação aos meus pedidos, já que eu não tinha ainda naquele momento a lista das mulheres que se reuniriam comigo. Além disso, os bolos que eu levava estavam fora do padrão da prisão. Esperei sentada pacientemente no banco da portaria até que a situação se resolvesse. Para minha sorte, o guarda falou diretamente com a diretora, que autorizou minha entrada, ainda como exceção à norma.

Esse guarda “linha-dura”, assim como outros homens que davam plantão na Portaria, faziam questão de exercitar seu poder dizendo desde sua retidão como as coisas deveriam ser feitas e, não raramente, quando não achavam as autorizações, culpavam a diretora pela falha na comunicação e a acusavam de ser leniente no controle da prisão, por exemplo ao flexibilizar o regulamento. Padovani (2019), a partir da caminhada etnográfica por penitenciárias femininas paulistas, analisa as dinâmicas nas portarias das penitenciárias como *checkpoints*, que controlam e atuam sob os corpos que atravessam a prisão a partir de tecnologias de gênero que operam nesses territórios.

Aproveitava esses momentos no posto de controle para escutar, aprender um pouco da burocracia e percepções sobre a prisão das pessoas que por ali circulavam (guardas, profissionais da saúde e educação, voluntárias, entregadores, visitas). Aos poucos, ia me tornando familiar à prisão, a ponto de sempre ter um

entre os plantonistas que me reconhecia, o que facilitava a minha entrada e circulação. Apesar de entrar todos os dias com minha identidade portuguesa, por lá - e não só na prisão, mas em Portugal em geral - eu era vista e tratada como brasileira, o que se me colocava como estrangeira nos espaços institucionais, mas que aproximava das presas enquanto “Outra” no território colonial. Em uma dessas conversas de portaria, esse mesmo guarda soube, ao me contar que voltava de férias com a família de Coimbra, que minha mãe era também de lá, e brinquei que devíamos ter primos em comum. A surpresa do seu olhar e afeição que se seguiu daí desmascarou o olhar colonial dele, o momento em que deixou de me ver como “Outra”, e me tornou familiar, “um deles”.

Depois de ter conseguido atravessar a primeira barreira, segui meu trajeto sozinha com uma sacola com três bolos, um pacote de guardanapos e duas garrafas de *sumol*. Quando cheguei até a “Casa das Mães”, as três guardas de plantão, nenhuma das quais presentes nas minhas visitas anteriores, começam a indagar meu nome, universidade e o porquê estou ali. Enquanto tento responder, me reportando às minhas credenciais e autorizações, a outra, ao ver os bolos falou, como na portaria, que estava fora do regulamento: o bolo tem que ser seco (sem cobertura ou recheio) e fatiado. Eu já havia sido alertada dessa história de bolo seco no dia anterior pelas próprias presas, mas primeiro não entendia ao certo o que era proibido (recheio? qualquer cobertura? chocolate granulado?), depois como a diretora não havia feito essa ressalva, tampouco me dado o regulamento, no mercado, entre um bolo de fubá ou de laranja e outro com cobertura de brigadeiro, não hesitei em pegar o segundo.

Outro problema é que na autorização estava escrito um bolo e eu havia levado três bolos pequenos contando que repartiríamos entre vinte mulheres e ainda havia planejado deixar um bolo para as guardas de plantão, como sinal que também as convidava a compartilhar. Ao final, deixaram-me entrar com dois bolos os quais me ajudaram a fatiar, e não aceitaram o terceiro que ofereci a elas. Elas deixaram o bolo na portaria e me devolveram intacto na saída. Quando finalmente consegui entrar era 14h45min, o recreio delas. Coisas da prisão. O paradoxo é que fiquei na portaria até as 14h30min porque estavam trancadas após almoço na cela, e agora não posso falar com elas porque é recreio, e a última coisa que queria era atrapalhar as duas horas de banho de sol por dia a que elas têm direito.

Pouco a pouco elas foram chegando, totalizando dez mulheres. Acordamos com as guardas que, conforme o regulamento, não poderiam levar o bolo para as

colegas, teriam que comer o bolo ali. Depois de um tempo batendo papo, tivemos a visita da diretora para “ver como estavam a andar as coisas”; ela fez questão de me repreender publicamente pelo bolo “fora das normas”. Segundo as presas, “eu fiquei branca de susto”. Passado o desconforto da visita surpresa e incômoda para todas nós, resolvemos comer os bolos, mas não sem antes elas cantarem parabéns pra mim, o que ganhou um colorido especial com o sotaque lusitano e com os versos que ouvira ali pela primeira vez:

Hoje é dia de festa
cantam as nossas almas
para a menina Gabriela
uma salva de palmas

Além da confraternização, havia planejado para esse dia realizar uma dinâmica em torno dos nossos nascimentos, a partir da história dos nossos nomes. Era uma dinâmica que já havia aplicado anteriormente em grupos de extensão em prisões com resultados muito interessantes. Como ainda estava em um espaço de maternidade, com alguns bebês presentes, sugeri falarmos da origem dos nossos nomes e dos nossos filhos. A medida que iam falando, fazia anotações no caderno dentre as quais os nomes falados. Mas logo percebi que esse gesto foi visto com desconfiança por algumas delas. Naquele momento, usar aquela dinâmica parecia mais uma forma de “fichar” aquelas mulheres e suas filhas, do que buscar relatos marcantes das nossas vidas e causava um ruído na minha fala sobre ética da pesquisa de dois dias atrás, no qual eu lhes prometera o anonimato. Considerando o momento delicado de início de campo de pesquisa, essa escolha poderia ser um erro com consequências irreversíveis para o campo.

Chegando perto das 16h30min, a guarda veio pedir para encerrar o encontro, já que logo as crianças estariam chegando da creche. Enquanto saíam, Alexandra, a mais assertiva delas, veio falar comigo que estaria disposta a dar entrevista, mas que outras “meninas” estavam desconfiadas. Apesar de ter explicado as questões éticas e entregado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido que resguardava-lhes o anonimato, não tinha ainda ganhado a confiança delas e o afastamento suficiente da instituição e da figura da diretora. Nenhuma garantia que lhes resguardasse que não falaria nada dali à direção que pudesse prejudicá-las - essa preocupação era maior especialmente àquelas que estavam aguardando sentença: “elas não entendem muito isso de pesquisa”. Ao contrário de Alexandra,

que tem diploma em engenharia e especialização em reprodução animal, que nesse dia me confidenciou como ela, portuguesa documentada, branca, instruída tal como eu, sentia falta de “ter conversas diferentes”²³.

O fato de no primeiro dia eu ter entrado junto com a diretora causou desconfiança em relação a minha relação com a direção prisional, que ainda fora reforçado pela escolha da dinâmica dos nomes e pela minha escrita sobre elas. Por outro lado, para minha tranquilidade, Alexandra me conta que nesta mesma tarde, quando a diretora veio ter com a gente, eu rapidamente fechei o caderno de campo. Gesto que as presas repararam e entreolharam-se. Logo, se a escrita do exame com nomes e notas criou alguma distância, meu ato instintivo de vetar o acesso da diretora do que escrevia sobre elas, foi um passo em direção a nossa proximidade.

Em outra pesquisa, problematizei como a posição da/o pesquisadora/o - fora do binarismo institucional dirigentes-dirigidos - perturba a dinâmica prisional (Braga, 2014). Não é possível inscrever-se o “jogo da prisão” fora dessa polaridade. Na etnografia na prisão, o desafio começa em reconciliar as contradições pessoais inerentes ao processo (Jewkes, 2014, p. 389). Se posicionar, ser posicionado por dois coletivos (presas e guardas), tomar lado, estabelecer relações de confiança e desafiar o poder com cuidado, tencionar, testar, ir entrando. Cunha descreve a constituição da sua subjetividade no campo português a partir desse duplo olhar:

Depois de haver superado o papel do espião (construído pelas reclusas) e o do *inspector* que vem detectar as deficiências (atribuído pelas guardas e pela administração) passei a ser alguém que era prestigioso ter do seu lado e logo *objecto* de apropriação pelas diferentes facções (Cunha, 1991, P. 12).

Alexandra foi uma figura fundamental não só na minha entrada, mas durante todo o campo de pesquisa. Era ela quem me ajudava com as questões institucionais e na comunicação com as outras presas. Exercia um papel de liderança não só no grupo, mas na prisão em geral. É com ela que contavam para pacificar uma briga, pedir um conselho, ajudar a entender uma decisão ou intimação, ou escrever um ofício. Ouvi algumas vezes as outras referindo-se à ela

²³ Nesse momento, e notando seu conhecimento e interesse pelos temas jurídicos, perguntei à ela se gostaria de ler alguns livros. Por meio de sua irmã, quem encontrei em Lisboa, lhe entreguei *O Sol é para todos* de Harper Lee e *O processo* de Franz Kafka, que havia comprado pra ela pensando em compartilhar essa literatura sobre o fazer justiça.

como *capo*, em uma alusão aos chefes da máfia italiana. E assim ela dissera ter sido tratada pela justiça e mídia local, como a rainha do tráfico, presa em uma rede que envolvia seu companheiro, ele também um “grande traficante”, preso em regime de segurança.

O *background* social e familiar de Alexandra, ainda que com quatro filhas na rua e uma em Tires, dava-lhe ferramentas para que ela traduzisse em palavras e manejasse as dores do encarceramento dela e das outras mães, como ela mesmo nomeou “inteligência emocional” para viver “Na prisão, não A prisão”.

5. PLANO DE NAVEGAÇÃO: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Diversas técnicas foram mobilizadas no campo de pesquisa: entrevista, análise documental e projeção de filmes com grupos de conversa. Essa combinação de instrumentos, mais do que percursos independentes previamente delimitados, foi circular. Cada entrada no campo abria possibilidades para a próxima e aportava novos sentidos às narrativas colhidas por outras vias. Assim, por exemplo, uma história contada na entrevista individual era atualizada durante uma sessão de filme e ganhava outros contornos nos relatórios presentes nos prontuários da prisão.

Munir-me desse conjunto de táticas foi a maneira que encontrei de fazer etnografia no espaço e tempo esquadrihados da prisão. O “estar junto” que nutre o fazer etnográfico contrasta com o controle da prisão: mas vai ficar fazendo o quê? No pátio? Sem guardas? A tarde toda? Essas foram as questões que ouvi da diretora na nossa primeira reunião para negociar as condições da minha permanência. Apesar de a diretora não ter motivado sua recusa, identifico que naquele contexto de estar no pátio com as presas representava um risco de duas ordens. Primeiro, para minha segurança pessoal que ela devia garantir, mas que era minimizado frente a estrutura pequena da Casa das Mães e o grande número de agentes prisionais por plantão em relação à população presa na unidade. E depois, por minha presença provocar a elaboração coletiva acerca das experiências daquelas mulheres na prisão e quanto ao acesso à justiça, esse sim me parece ser fator de maior risco para aquela que precisava manter a ordem prisional.

Rowe (2014, p. 405) aponta, a partir do leque de Raymond Gold para pensar

a diversidade de posições na observação participante²⁴, que as questões de segurança e de natureza da prisão tendem a empurrar a/o pesquisadora/o para o lugar de observador, restringindo as possibilidades de participação da vida prisional. O saber sobre as pessoas presas na prisão repousa sobre o poder do exame, com foco no indivíduo e desde os conhecimentos *psi*, não à toa fui apresentada como psicóloga em diversas situações no campo.

Após as duas tardes de apresentação, com condições muito promissoras para a pesquisa com a maioria das mulheres da “Casa das Mães” reunidas no refeitório e sem a presença de nenhuma guarda, fui chamada à sala da diretora. Nessa segunda conversa, ela perguntou se eu continuaria a fazer atividades em grupo, apontando preferência para as entrevistas individuais. Duas coisas a preocupavam: estar em grupo e que eu ficasse 3 horas direto com elas. Atenuei a primeira preocupação, ao menos naquele momento, definindo que eu começaria pelas entrevistas individuais; ao mesmo tempo em que resisti à restrição do meu convívio com as mulheres, mobilizando o argumento da complexidade das dinâmicas de grupo, quando ela sugeriu que eu passasse somente uma hora com as mulheres: “em uma hora não fazemos nem o aquecimento, é preciso tempo para a dinâmica do grupo” - argumento técnico que ela pareceu ter aceitado.

Quando comento das estratégias para aumentar o alcance da pesquisa - visto que são poucas mulheres na Casa e nem todas querem participar - ela é direta ao qualificar as mães de Tires como interesseiras, “é que elas só fazem coisas para ganhar algo. Ao ver que não vão ganhar nada, não querem participar”, como se essa perspectiva fosse muito diferente do restante do mundo. Nas suas concepções, ela se identifica comigo, posiciona-nos no privilégio da branquitude - que mesmo no caso dela, que por não ser mãe carecia de “legitimidade da experiência” perante as presas - concede-se o direito de dizer sobre a maternagem *d’Elas*, os modos de ser das *Outras*: “não tem competências maternais e sociais, por isso estão aqui”.

De outra forma, também estou falando de maternagens que não são minhas; porém, antes de hierarquizá-las, faço um esforço discursivo para trazer à tona as experiências individuais e coletivas como práticas de resistência. Uma perspectiva que mostra que as mulheres têm sim interesses e se posicionam no jogo de poder da prisão e da maternagem, e desde aí revela uma série de

24 Participante completo, participante como observador, observador como participante, observador completo (Gold, 1958, p. 207).

competências maternais e sociais para enfrentar a complexidade física e emocional de se viver na prisão com uma criança.

Falei ainda sobre a discussão que pretendia desenvolver sobre o impacto da maternidade na temporalidade na prisão. Segundo a diretora, abordar o tema do tempo “poderia acender o debate”, já que havia duas mulheres com filhos com quase 3 anos - que depois eu viria a saber que já estavam as vésperas de fazer 4 anos, idade limite para a separação em Portugal. Mas ao mesmo tempo, contava comigo para confirmar que “a criança não pode ficar na prisão até essa idade, sob perspectiva do desenvolvimento infantil”. Combinei que voltaria na sexta com uma última atividade em grupo e aproveitando que seria o meu aniversário, traria um bolo pra celebrar com as presas. Na outra semana começaria as entrevistas individuais.

Realizei dez entrevistas individuais que duraram entre uma e três horas. A maioria nessa primeira semana, e outras espaçadas no decorrer do campo, com mulheres que se juntaram ao grupo, ou que estavam trabalhando no período. As entrevistas foram realizadas no refeitório - espaço amplo, arejado, com janelas para um dos pátios, bem iluminado especialmente nos dias de sol - do qual ocupávamos uma das mesas quadradas de quatro lugares. Apesar da privacidade e das boas condições do espaço, na “Casa das Mães” contávamos sempre com a variável criança. Logo, em meio às atividades de pesquisa, trocava-se fralda, dava-se papinha aos bebês, fazia-se dormir; a gravação dos relatos das mulheres é atravessada por risadinhas, choros, gritos e manhas.

Em diversas entrevistas, e na grande maioria das tardes do Cine-Tires, os miúdos estiveram presentes. Entre eles os bebês menores de 6 meses que ainda não estavam na creche e os maiores quando estavam doentinhos e faltavam na creche, como no caso da entrevista com Carolina:

Entrevista feita com seu filho Lucas de um ano e meio que estava gripado no dia e não fora na creche. A conversa é atravessada por choros, tosse, falas gravadas de longe, em movimento. Em mais de uma hora e meia de entrevista, ele andou entre nossos colos e o refeitório, mostrando predileção para as brincadeiras com meu caderno de campo e a caneta. Foi ele quem

ditou o término da entrevista, ao final, incomodado e com fome, chorava, agora sem que nada o acalmasse²⁵.

Também era prática comum que as mães se ajudassem no cuidado das crianças. Principalmente aquelas que tinham suas filhas na creche em relação às mães dos recém-nascidos. Muitos desses bebês chegavam na sala lúdica no recreio, hora que suas mães tinham que pendurar as roupas ao sol. Não aprofundei os detalhes da economia de cuidado que se estabelece entre as presas, mas me deparei com redes de confiança e ajuda mútua, que tramavam a reciprocidade entre as mulheres e suas crianças. Como no caso de Juliana²⁶, que passou a entrevista toda com um bebê no colo, enquanto sua mãe estava nos “clínicos”.

O uso do gravador é uma escolha complicada em pesquisas em espaços de controle. Certamente, há uma grande diferença na precisão dos dados colhidos com a tecnologia, principalmente no tocante à transcrição de expressões utilizadas pela entrevistada. Por outro lado, o instrumento é fonte de constrangimento e perda de espontaneidade: e o uso do gravador, principalmente em ambientes prisionais, é mais um obstáculo à conquista da confiança da pessoa entrevistada e à verbalização de certos temas (normalmente, de discursos abafados pela prisão e por outras presas). Por esses motivos, a decisão de gravar ou não é sempre complexa. Apesar de geralmente não adotar o gravador nas minhas incursões nas prisões, julguei que seria importante nesta pesquisa.

A língua que se fala em Portugal não é a mesma da qual sou nativa. Ali escuto outro tom, dentro de outras cadências. Algumas palavras são diferentes e sua compreensão mais literal. O manejo das conjugações nas segundas pessoas, tu e vos, impressionava-me, assim como o uso de recursos sofisticados, como a mesóclise, no dia-a-dia. Esse domínio formal da língua portuguesa estendia-se às presas. Durante as transcrições, me chamava atenção a beleza das construções linguísticas que conhecia, mas que não conseguiria reproduzir. Julguei que qualquer tentativa de reprodução das palavras por minha parte seria uma violência à beleza e autenticidade do outro uso da língua. Logo, em respeito à integridade da fala das minhas interlocutoras e com o consentimentos delas, optei por gravar as entrevistas.

25 Caderno de campo, anotações da entrevista com Carolina, julho de 2019.

26 Caderno de campo, anotações da entrevista com Juliana, julho de 2019.

De forma a complementar as informações das entrevistas e observação participante nos espaços prisionais e de cuidado infantil, em setembro - último mês do campo - realizei análise documental dos prontuários das mães interlocutoras da pesquisa. Nesse mês, passava as manhãs no “Jurídico”, seção do E.P. responsável pelos trâmites processuais e execução penal das presas. Se a liberdade é o desejo mais profundo do corpo preso, o “Jurídico” é o coração da prisão. É ali onde a punição é modulada em tempo e qualidade, lugar em que o poder anuncia as entradas e saídas das mulheres e crianças, onde são registrados os castigos e a requisição de direitos.

O espaço era composto por duas salas conjugadas com quatro mesas rodeadas de armários que guardavam as histórias das 660 mulheres de Tires. Localizava-se no prédio da direção, justo ao lado da sala da vice-diretora. Foi ela quem me recebeu nesses dias e me concedeu acesso livre ao arquivo, além de uma sala para trabalhar conjugada à dela. Ela era responsável pelo “Jurídico”, e coordenava uma equipe de quatro técnicas que me ajudavam, sempre de forma simpática e prestativa, no dia-a-dia com o arquivo. A partir do nome completo da mulher que queria consultar, elas localizavam no arquivo e me entregavam o prontuário, que eu levava para minha sala de trabalho e devolvia assim que acabasse. Alguns nomes elas sabiam de cor o número de localização, e em sua maioria, recordavam-se de algum acontecimento em relação à vida da mulher e criança, já que a movimentação da vida delas passava sempre por ali.

Os prontuários de cada mulher eram uma mistura de peças do processo criminal com registros dos acontecimentos da vida na prisão sob a perspectiva institucional. Ali estava a verdade inscrita sob a perspectiva do poder: sentença, exames, relatórios, faltas. Todos os prontuários eram cheios de documentos que registravam os pedidos das mulheres, seus encaminhamentos e desfechos, geralmente realizados no formato de requerimento padrão ao qual as presas preenchem.

DGRSP- E.P. Tires
Exma Sra. Diretora,
Eu, _____, reclusa no ____, Pav. ____
Cela no: ____Piso ____, solicito
esclarecimento/atendimento

Área tratamento prisional/ saúde:

contactos com exterior (visitas/ telefonemas/
correspondência/ encomendas)
Escola/ formação trabalho
Questões familiares
Documentação pessoal
Saúde
Atendimento

Área exe. de Penas/ Jurídica

Situação jurídica
Disciplina
Atendimento

Área financeira

Conta/ salários/ cantina
Atendimento

Área da segurança

entrada/saída objetos
atendimento (Comissário)

Sobre o assunto, pretendo

Data: Ass.

Informação/ parecer

Data Rubrica

Despacho
Tomei conhecimento do despacho/decisão
Data Assinatura
MOD. 15 Ficha de petição genérica

Fonte: Reprodução do caderno de campo, 10/09/19.

Além dessa “ficha de petição genérica”, outros tipos de instrumentos estavam presentes nos prontuários com campos para a pessoa responsável preencher: proposta de exercício de *atividade* laboral, questionário para concessão de saída jurisdicional, modelo de decisão sobre saída jurisdicional do Juiz do Tribunal das Penas de Lisboa, plano individual de readaptação e ficha de avaliação. Apesar da organização das demandas e processamentos nesses formatos padrões simplificar a burocracia prisional, facilitando às presas que traduzam e encaminhem seus pedidos para direção e outros órgãos da justiça, elas seguem tendo pouco conhecimento e controle do andamento de suas demandas, por exemplo, em relação à visita íntima ou à inscrição em benefício da segurança social.

Mesmo tratando-se de arquivo constituído somente por mulheres atualmente residentes na “Casa das Mães”, as crianças estavam ausentes. A ficha biográfica da mulher tem campos para: filiação, origem, profissão, condenações, situação jurídico penal, registro disciplinar, acidentes de trabalho, *atividades* profissionais, mas nenhum espaço para número de filhos, com quem estão etc. As filhas também não estão presentes nas decisões em relação à prisão preventiva,

tampouco nas condenatórias. As crianças de Tires aparecem em alguns prontuários pela ação de suas mães, por exemplo, ao requisitar um atendimento médico especial ou um pedido de visita entre-prisões (geralmente do pai). Em outros, só descobrimos que aquela mulher está presa com uma criança nas suas folhas finais, com a cópia do documento de identidade ou passaporte da criança preso na contracapa, que a mãe pediu para que a prisão se encarregasse de tirar.

6. OUTROS MARES: AS TARDES DO “CINE TIRES”

Dado que a “Casa das Mães” abriga somente em torno de vinte a vinte e cinco mulheres, após entrevistar as interessadas, tive que elaborar uma estratégia para continuar com o campo de pesquisa de modo a aprofundar o debate da maternidade na prisão, preservando ética e emocionalmente minhas interlocutoras. A partir daí, e em conjunto com as mulheres, elaboramos o Cine-Tires, pelo qual passávamos duas tardes da semana assistindo filmes juntas na sala lúdica da prisão. A realização dessas sessões foi uma forma de compartilhar momentos com elas sem que minha vontade de saber estivesse pautando a comunicação todo o tempo. Desde aí, pudemos construir uma relação de confiança e cumplicidade, a qual abriu espaço para a escuta e cuidado dentro do grupo.

Levar filmes para as tardes de campo foi um motivo para que ficássemos reunidas em grupo e ainda era um passatempo para matar a mesmice da prisão. Essa estratégia se mostrou interessante para promover um espaço de intimidade e encontro entre o grupo. As conversas antes, durante e depois das sessões eram muito ricas e foram gravadas com autorização das interlocutoras. Nesses momentos, inevitavelmente, surgiam questões ligadas à maternidade e às vivências das crianças, assim como ao dia-a-dia na prisão, questões processuais e de execução penal. Durante as negociações, a diretora me indicou que utilizasse o computador da prisão. Porém, no primeiro dia do que seria o Cine-Tires, quando cheguei à “Casa das Mães”, nenhuma das guardas sabia do computador ou me indicar onde requisitá-lo. A partir desse dia, combinei com a direção, de modo a evitar esses contratemplos, de ir com o meu computador pessoal, uma tela de 15’ com uma caixa de som pouco potente.

Nos reuníamos duas tardes por semana, das 13h30min às 17 horas na sala lúdica da “Casa das Mães”. Todas sentadas nas cadeiras pequenas das crianças ou

pufes, em torno de uma mesa também de baixa altura, olhando a tela pequena do computador. Foram no total dez sessões e onze filmes, entre longas e curtas-metragens. Vimos um filme em inglês original dublado, mas os outros em linguagem original: dois em castelhano e oito em português do Brasil. Para minha surpresa elas não só entendiam muito bem o “brasileiro” - melhor do que eu as entendia, como podiam acompanhar facilmente o castelhano.

Decidia a curadoria dos filmes²⁷ de forma conjunta com as mulheres, semana a semana. No começo, a ideia era variar os gêneros dos filmes: terror, suspense, comédia. Só estavam vetados os romances: as mulheres falavam que era muito duro acompanhar as histórias de amor quando estão separadas dos seus, “fazem é sofrer”. Apesar de não termos visto nenhum filme desse gênero, eram as cenas de sexo, e os corpos masculinos nos filmes, que causavam as reações mais animadas durante as sessões, com direito até a *replay*. De início, não quis propor exclusivamente filmes com temática de prisões e maternidade, pois apesar de funcional, do ponto de vista da pesquisa, achava que as sessões poderiam reforçar o lugar e as dores que vivem em seu cotidiano.

Passadas três sessões: um filme de ficção, outro ficcional, mas realizado em uma prisão com atores presos e não presos, e um terceiro documental sobre uma penitenciária brasileira, as mulheres manifestaram ter predileção por filmes que retratavam o universo prisional, em especial do tipo documental. Vimos então sete filmes documentais em prisões brasileiras, alguns especificamente sobre maternidade na prisão e um ficcional argentino mas também sobre esse tema. Depois de quase dois meses vendo e falando sobre prisão, achei que o tema tinha saturado, e propus fecharmos nosso projeto com um filme do universo feminino, mas fora do universo prisional, que se mostrou uma escolha acertada para o momento em que muito já tinha sido dito e chorado.

Aproveitava todo início de sessão do Cine-Tires, momento em que colocávamos o papo em dia antes de começar o filme, e as atualizava sobre meu planejamento e ideias para os próximos encontros. Juntas, realizamos a curadoria

27 Feitiço do tempo (Groundhog Day, EUA: Harold Ramis, 1993); Frontera (Manuel Pérez, Catalunha: 2013); O prisioneiro da grade de ferro. (Paulo Sacramento, Brasil: 2003); Berço de Ferro (Brasil: Vanessa Ramos, 2015); Tortura e Encarceramento em Massa no Brasil (Pastoral Carcerária, Brasil: 2015); O cárcere e a rua (Liliana Sulzbah, Brasil: 2005); Justiça (Maria Augusta Ramos, Brasil: 2004); Nascer nas prisões | gerar, nascer e cuidar (Bia Fioretti/Fiocruz Brasil: 2017); Curta C(elas) (Gabriela Santos Alves, Brasil: 2017); Leonera (Pablo Trapero. Argentina: 2008); Dona Flor e seus dois maridos (Bruno Barreto, Brasil: 1976).

dos filmes, escolhemos as comidas e bebidas das confraternizações, estabelecemos estratégias para negociar com a direção e planejamos uma sessão de fotos delas com as crianças. Nesses momentos, tive espaço para compartilhar escolhas metodológicas, questões analíticas, e especialmente, minha atenção com elas; recebi de volta o acolhimento por parte delas, que me confiaram suas histórias e me presentearam com *insights*, que eu nunca poderia alcançar sozinha. A atitude de atenção e disponibilidade no campo de pesquisa vai ao encontro da ideia de Tim Ingold de observação participante como uma prática de correspondência:

Propõe-se o termo correspondência para designar essa composição de movimentos que, à medida que se desenrolam, respondem continuamente uns aos outros. Não se entende por isso um alinhamento preciso nem um simulacro daquilo que se encontra nos acontecimentos à volta. Não tem nada a ver com representação ou descrição. Trata-se, pelo contrário, de responder a esses acontecimentos por meio das próprias intervenções, questões e respostas – em outras palavras, viver atencionalmente com os outros (Ingold, 2016, p. 408).

A partir de uma demanda comum às mães presas, a de que, ao nascer em uma prisão suas crianças não tem fotos de sua primeira infância, tampouco fotos com as mães, na minha última semana de campo, organizei uma sessão de fotos do tipo *polaroide*, para que elas ficassem com fotos junto às suas filhas e filhos. Por limitação da direção, participaram da sessão de fotos as dez mulheres que haviam se envolvido das atividades da pesquisa. Essa foi uma forma de retribuir a disponibilidade delas em compartilharem suas histórias, opiniões e sentimentos durante o campo da pesquisa.

Além do projeto com as fotos, criei duas oportunidades para ritualizar o início e o final dos nossos encontros: meu aniversário e uma festa de despedida que marcava o fim do campo de pesquisa e minha volta para o Brasil. Compartilhar comidas e bebidas, celebrando a vida e os encontros, tem um gosto especial na prisão, marcada pela escassez e falta de sabores. A literatura mostra a centralidade das familiares mulheres na função de cuidado dos seus homens presos e manutenção do sistema prisional brasileiro, materializado na forma de comidas, cartas, correios e sacrifícios (Lago, 2014, 2019; Godoi, 2016). Megan Comfort (2008, p. 103) joga com as palavras casa (*home*), coração (*heart*) e lar /lareira (*hearth*) para

descrever o ritual das mulheres visitantes de comer junto dos companheiros presos na prisão de San Quentin (Califórnia).

Uma das “dores do encarceramento” identificada por Gresham Sykes é a alimentação pouco variada e insossa, somada à falta de coisas banais na rua, mas escassas na prisão (2007, p. 63). As perdas na vida prisional não são necessariamente materiais - às vezes as necessidades básicas são mais satisfeitas nas prisões, do que fora delas - mas estão também nas privações individuais, nas *amenities* (Sykes, 2007, p. 68), pequenos luxos, comodidades, necessidades não quantificadas, que ajudam a amenizar a vida prisional, como recreação, esportes, guloseimas, cigarro, bebida alcoólica, drogas, móveis e objetos decorativos próprios, roupas individualizadas, sapatos que não machuquem ou caiam do pé²⁸.

Essa escassez é agudizada na repetição dos dias cuja rotina não se altera pelas festividades: todo dia é dia de prisão. Comida é afeto e encontro. Esses momentos de celebração vêm carregados de sentido e sentimentos que retroalimentam a relação etnográfica. Por isso, situo as confraternizações na prisão como uma das estratégias desta pesquisa, e uma forma de compartilhar com minhas interlocutoras algum prazer, ainda que pequenino e banal.

7. NOTAS CONCLUSIVAS

Neste texto, pela vivência e escrita de um percurso metodológico na prisão, busquei provocar reflexões de duas ordens distintas, mas interligadas. A primeira, que percorri aqui, diz sobre o atravessamento de gênero e outros marcadores sociais nas relações em campo e produção do saber sobre o cárcere. A segunda - que apresento de forma ainda embrionária com objetivo de projetar uma agenda de pesquisa e desenvolvê-la em outro momento - remete-se às formas de olhar e produzir análises sobre a maternidade encarcerada, campo que vem ganhando, nas últimas décadas, espaço na academia e sociedade.

Desde a primeira reflexão, de ordem epistemológica, busquei analisar como questões de posicionalidades e hierarquias de gênero, raça, classe, nacionalidade

²⁸ Pedido feito por Laís, que não recebia visita e dependia de doações para vestir ela e sua bebê, encaminhei o tênis e roupas para elas que foram entregues pela “Associação Dar as mãos”.

são centrais na produção sobre o saber na prisão, quer em pesquisas com esses recortes específicos, quer não. A diversidade de entradas, percursos e localizações narradas aqui compõem o esforço de re(formular), em diálogo com outras/os pesquisadores/as, os caminhos e questões com a finalidade de aprofundarmos nossas análises e diversificarmos as perspectivas adotadas. Yvonne Jewkes atesta como a escrita confessional soa desconfortável no registro acadêmico, mas que ao mesmo tempo “representa algo que abre o caminho para outros que nos seguirão”. Em especial em um campo, onde “o pesquisador não pode evitar ser tocado, se não profundamente afetado, pelo isolamento cultural e a intensidade emocional do confinamento” 29 (Jewkes, 2014, p. 388).

As estratégias metodológicas desta pesquisa foram acordadas no dia-a-dia, em uma interlocução que envolveu o Ministério da Justiça, direção da prisão, guardas da portaria e da “Casa das Mães”, e, especialmente, as mulheres presas. Se a negociação com a direção prisional é um elemento chave que acompanha o decorrer do campo da pesquisa, a escuta e expectativa das/os nossas/os interlocutoras/es também o é. A reflexão sobre o que estava levando/deixando para aquelas mulheres e crianças funcionou como limite ético pra minha vontade de saber. As questões que atravessam o tema da maternidade e cárcere - separação, companheiros e filha/os na rua, impacto na prisão das crianças - trazem à tona memórias doloridas e ansiedade pelo futuro. Por isso, em nome da minha saúde psíquica, e principalmente delas, sabia que não poderia passar os quatro meses de campo da pesquisa com perguntas e questões que insistissem em escavar feridas abertas. Logo, a partir deste limite ético e político, dentro do acesso que me foi permitido, constituí o desenho desta pesquisa.

A partir da segunda, que não foi objeto deste texto, proponho desenvolver um giro analítico na abordagem do tema, provocando à marginalidade do gênero no cárcere, ao não pensar a vivência da maternidade na prisão, mas pensar a prisão pela experiência da maternidade. Ou seja, o que as práticas e discursos de controle e da reprodução das mães presas podem nos dizer sobre mecanismos gerais de poder das pessoas presas e de governo da população de forma geral. Essas duas reflexões provocam a marginalidade das questões de gênero nas discussões metodológicas e analíticas sobre o cárcere. A prisão pela perspectiva da

29 Tradução livre. No original: “researchers nonetheless cannot help but be touched, if not deeply affected, by the cultural isolation and emotional intensity of confinement”.

maternidade produz sociabilidades e dores concretas, afetando quem a pesquisa, e ainda mais as mulheres e crianças presas; ao mesmo tempo que revela engrenagens de poder que funcionam para além da especificidade de gênero e do encarceramento feminino.

REFERÊNCIAS

- Braga, A. G. (2014). Criminologia e Prisão: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. *Revista de Estudos Empíricos em Direito* (REED). v. 1, p. 46-62, jan. 2014.
- ____ (2013). *Preso pelo Estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a identidade do preso*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- Braga, A. G. e Angotti, B (2019). *Dar à luz na sombra: exercício de maternidade na prisão*. São Paulo: Editora Unesp Digital.
- Brasil (2018). Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Levantamento nacional de informações penitenciárias – *Infopen Mulheres 2016*. Brasília: Ministério da Justiça, Depen.
- Beyens, K.; Kennes, P.; Snacken, S. & Tournel, H. (2015). *The Craft of Doing Qualitative Research in Prisons. International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*. 4. 10.5204/ijcjsd.v4i1.207.
- Bumachar, B. (2016). *Nem dentro, nem fora: A experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Comfort, M. (2008). *Doing Time Together: Love and Family in the Shadow of the Prison*. Chicago, U. of Chicago.
- Crewe, B. (2014). *Not looking hard enough: masculinity, emotion, and prison research*, *Qualitative inquiry*, vol. 20 (4), pp. 392-403.
- Cunha, M. I. (1991). “Investigar ‘problemas sociais’: equívocos e dilemas de uma etnografia na prisão”, *Cadernos do Noroeste*, 4 (6-7): 193-209.
- ____ (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Fim de Século, Lisboa.
- ____ (2004). As organizações enquanto unidades de observação e análise: o caso da prisão, *Etnográfica*, 8 (1): 151-157.
- Diniz, D. (2015). Pesquisas em cadeia. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 573-586, Dec.

- Frois, C.; Osuna, C. & Lima, A. P. (2019). Etnografia em contexto carcerário: explorando potencialidades e limites*. *Cadernos Pagu*, (55), e195503. Epub 02 de dezembro de 2019. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550003>, acesso 13 de abril de 2020.
- Fonseca, C. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, jan.-abr.
- Gaborit, Liv S. (2019). Olhando através dos Portões da Prisão: o acesso no campo da etnografia. *Cadernos Pagu*, (55), e195505. Epub December 02, 2019. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550005>, acesso 13 de abril de 2020.
- Godoi, R. (2016). Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 46, 9 mar. 2016.
- Godoi, R.; Campos, M.; Mallart, F.; Campello, R. (2017). Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista: refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, vol. 7, no 1, abr 2020, p.143-158.
- Gold, R. L. (1958). Roles in Sociological Field Observations, *Social Forces*, Volume 36, Issue 3, March, Pages 217–223, <https://doi.org/10.2307/2573808>, acesso 12 de janeiro de 2020.
- Haraway, D. (1988). "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective", *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, pp. 575-599.
- Ingold, T (2016). Chega de etnografia: a educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*. v.39,n.3,2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fa-ced/article/view/21690>> Acesso em: 02 de outubro de 2017.
- Jewkes, Y. (2012). Autoethnography and emotion as intellectual resources: Doing prison research differently. *Qualitative Inquiry*, 18, 63-75, acesso 03 de fevereiro de 2019.
- _____ (2014). An Introduction to "Doing Prisons research differently". *Qualitative inquiry* 2014, vol. 20 (4), pp. 387-391, acesso 03 de fevereiro de 2019.
- King, R. & Liebling, A. (2008). Doing research in prisons. In R. King & E. Wincup (Eds.), *Doing research on crime and justice* (pp. 431-454). Oxford, UK: Oxford University Press.

- Lago, N. B. D. (2014) *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- _____. (2019). *Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Liebling, A. (2014). Integrity and emotion in prison research. *Qualitative inquiry* 2014, vol. 20 (4), pp. 481-486.
- Mello, P.V; Da Silva, J.C.; Rudnicki, D; Costa, A.P.M. (2017). Pesquisa empírica no sistema prisional: construindo experiências. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, vol. 4, n. 3, out 2017, p. 129-144.
- Ordóñez-Vargas, Laura. (2019). Gênero e Etnografia: reflexões desde algumas prisões brasileiras. *Cadernos Pagu*, (55), e195508. Epub December 02, 2019. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550008>, acesso 01 de março de 2020.
- Padovani, N. C. (2019). Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões*. *Cadernos Pagu*, (55), e195501. Epub December 02, 2019. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550001>, acesso 01 de março de 2020.
- Padovani, N. C., Hasselberg, Ines, & Boe, Carolina Sanchez. (2019). Engajamentos antropológicos com a prisão: perspectivas de gênero. *Cadernos Pagu*, (55), e195500. Epub December 02, 2019. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550000>, acesso 01 de março de 2020.
- Passos, A. G (2014) *Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de porto alegre*. Mestrado em Educação, UFRGS.
- _____. (2019). *O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional*. Doutorado em Educação, UFRGS.
- Rich, A. (1977). *Of Woman Born: Motherhood As Experience and Institution*. New York: Bantam Books.
- Rowe, A. (2014). Situating the self in prison research: power, identity, and epistemology. *Qualitative inquiry* 2014, vol. 20 (4), pp. 404-416.
- Sanzovo, N. M. (2020) *O lugar das trans na prisão / Natália Macedo Sanzovo*. - 1. ed. – Belo Horizonte, São Paulo : D’Plácido.

Sykes, G. (2007). *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security*. New Jersey: Princeton University Press.

Wacquant L.(2002). The curious eclipse of prison ethnography in the age of mass incarceration. *Ethnography* 3(4):371–97.

Ana Gabriela Braga: Pós-doutora pelo Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-UMinho) e pela Universidade em Brasília (UnB). Mestre e doutora em Direito Penal e Criminologia pela Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche junto ao Departamento de Antropologia da Universitat de Barcelona (UB). Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP- Franca.

Data de submissão: 13/08/2020.

Data de aprovação: 09/10/2020.